

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

(Do Sr. Ricardo Tripoli)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a governança global, economia verde e desenvolvimento sustentável após a Rio+20.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater o tema “governança global, economia verde e desenvolvimento sustentável após a Rio+20”, para a qual deverão ser convidados o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Eduardo Viola, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; o Sr. José Eli da Veiga, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo; e o Sr. Maurício Andrés Ribeiro, autor do livro “Ecologizando a cidade e o planeta”.

JUSTIFICAÇÃO

A Rio+20 ocorreu em meio a um cenário internacional adverso marcado pela crise financeira e pelos conflitos dos países árabes. O documento final, denominado *O Futuro que Queremos*, avançou pouco em relação à economia verde, alcançando apenas a indicação de um conjunto de

BD51E3C800

BD51E3C800

princípios do que ela deverá ser. Além disso, não se alcançou consenso sobre o que é economia verde, o qual, para muitos, é redundante em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, este introduzido oficialmente na agenda internacional em 1987, no âmbito do Relatório Brundtland, com o objetivo de inserir a sustentabilidade ecológica no planejamento econômico.

O Futuro que Queremos afirma que a economia verde é um instrumento do desenvolvimento sustentável, sem constituir um conjunto de regras rígidas, mas com o objetivo de erradicar a pobreza, aumentar a inclusão social, melhorar o bem estar humano, promover a criação de oportunidades de emprego e trabalho decente, ao mesmo tempo em que mantém o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra. Trata-se, portanto de uma reafirmação de objetivos amplos já postos no Relatório Brundtland, segundo o qual o desenvolvimento deveria atender às necessidades das pessoas e levar à melhor distribuição de renda, mas, também, internalizar o planejamento a longo prazo tendo em vista racionalizar o uso dos recursos naturais.

Não houve avanços na Rio+20 em relação a pontos objetivos, como o aporte de recursos financeiros para implantação do desenvolvimento sustentável e mudanças nos padrões globais de produção de energia e alimentos, tendo em vista a redução de emissões de gases de efeito estufa e a conservação da biodiversidade.

Diante de um quadro de entraves políticos e econômicos ao desenvolvimento sustentável no plano internacional, consideramos que o Brasil tem papel fundamental na discussão sobre governança global e sustentabilidade, tendo em vistas nossos diferenciais quanto à abundância de recursos naturais, em especial água e biodiversidade; à riqueza cultural; aos potenciais de energia renovável – hidráulica, solar, eólica e de biomassa –; e à pujança da agricultura e da produção de alimentos.

Entendemos que, apesar dos fracos resultados da Rio+20, os debates não podem esmorecer. No mês de maio, dois observatórios climáticos confirmaram a marca de 400 ppm de concentração de carbono na atmosfera, o que, segundo o IPCC, nos coloca em situação de risco em relação aos fenômenos climáticos. Aumenta, portanto, a responsabilidade de nossa geração em relação ao futuro da humanidade.

Diante dessa responsabilidade, um ano após a Rio+20, consideramos ser da mais alta relevância que esta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realize audiência pública para debater eventuais avanços e retrocessos relativos à economia verde e ao desenvolvimento sustentável no plano global.

Contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Ricardo Trípoli